

Papéis Trocados

A corrida pela denúncia de irregularidades na vida brasileira amarrou a credibilidade política com um nó indesatável. Se a solução é cortá-lo, o momento é exatamente este em que a opinião pública começa a desconfiar de que os papéis dos principais personagens foram trocados. A questão não se resume em avaliar se a situação do presidente do Senado vai ou não além de junho. É mais ampla e mais profunda. O Legislativo não é câmara de denúncias destinadas a flutuar no espaço social, para utilização eleitoral de conveniência. As comissões parlamentares de inquérito se destinam a apurar irregularidades, mas sem a obrigação de substituir a função do Ministério Público ou ficar com a visibilidade de maestro de várias orquestras simultâneas.

No primeiro semestre o Senado foi palco de uma querela entre o candidato a presidente da Casa e o presidente que ia ser substituído. Revezaram-se na tribuna Antônio Carlos Magalhães e Jader Barbalho numa troca de acusações que, pela agressividade, ficou incontrolável. Faltou às lideranças políticas a previsão não apenas da inutilidade como das consequências de um episódio de natureza pessoal. O caso ganhou dinâmica própria e redundou na perda de dois mandatos. Mas o incidente não se resolveu com a surpreendente violação do painel de votação.

O desdobramento político foi a ida de Jader Barbalho para a berlinda, fulminado por denúncias que remontam à década de 80 e repercutem negativamente sobre a credibilidade do próprio Senado, além de respingar no Congresso como um todo. A Câmara, sempre mais farta em escândalos, refugiou-se na condição de platéia enquanto no Senado ecoam suspeitas da onda de denúncias que apresenta a política como uma espécie de atividade marginal. O eleitor passou do estado de constrangimento para o de decepção cívica crescente. Como preparação para o exercício do voto no próximo ano, o sentimento negativo não autoriza comportamento previsível do eleitorado. E acolhe o receio de que o ano pode ser incubadeira de propostas políticas indesejáveis, com a intenção de manipular eleitoralmente a descrença dos cidadãos.

Em meio às frustrações de tantas CPIs, cujas conclusões não corresponderam às expectativas

de sua criação, a válvula que deu vazão às denúncias pessoais trocadas da tribuna do Senado veio a ser o Conselho de Ética do Senado, num episódio de configuração accidental: a violação do sigilo do voto dos senadores na cassação do mandato de Luiz Estevão. À opinião pública foi servido farto menu de denúncias que esgotaram a tensão política mas não insuflaram a apuração de responsabilidade administrativa que revelou o ponto crítico do episódio.

Era inevitável que o Senado retomasse a outra ponta do problema político: a punição de um implicava a volta da pressão sobre o outro. A cada dia as denúncias se renovam com palavras e versões. E, como eco do episódio da revelação do sigilo eletrônico, o líder do PT é apontado como participante do segredo violado. O Banco Central é lembrado como detentor de papéis comprometedores da participação do presidente do Senado no caso da Sudam e do Banco do Pará.

Falta ordem e aumenta a confusão no espírito dos cidadãos: Jader Barbalho tem voltado à tribuna para negar envolvimento nas irregularidades, mas suspeitas sempre têm mais efeito do que explicações pessoais. Acusações, porém, pedem esclarecimento e não evasivas. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) pede para ser investigado. O presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet, louvado pela condução do processo de cassação de dois senadores, é bombardeado por denúncias de irregularidades quando era superintendente da Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro Oeste) e acusa na suspeita a intenção de impedir a sua posse como ministro da Integração, no dia 20.

Não há como duvidar da necessidade de completo esclarecimento, mas em ordem, com a severidade do amparo legal. Os dirigentes políticos e lideranças parlamentares terão de encontrar um caminho para que não se vá além nem se fique aquém da lei e da moral. Ninguém pode querer tumultuar a véspera de um ano eleitoral com a importância de 2002 para a democracia. Nada pode se beneficiar das sombras, em matéria de denúncia, nem ofuscar a verdade com inverdades. As provas são essenciais ao império da lei e da ética pelas quais os brasileiros esperaram tanto tempo. Que não tenha sido em vão.